

Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial: Projeto Expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História

Archaeological Heritage and Education Sheet: Project exposing culture of archaeological relics the history of knowledge

Ana Lucia do Nascimento Oliveira*
ananascimentoufrpe@gmail.com

Suely Cristina Albuquerque de Luna**
lunalua2001@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta resultados da pesquisa arqueológica que retratam a história e a cultura de Pernambuco com acervos oriundos das escavações realizadas nas áreas da Refinaria Abreu e Lima (2007-2009) e no entorno do Paço Alfândega e antigo Cais do Lamarão no Recife Antigo (2002), relacionado a um projeto de Educação Patrimonial, representado através de mostra itinerante em ônibus-museu adaptado e acessível, com o objetivo de divulgar o conhecimento científico e também expor os vestígios evidenciados nos sítios arqueológicos oferecendo oportunidade à comunidade de exercer a sua cidadania através da inclusão social e visando promover o amplo conhecimento do patrimônio arqueológico do Estado de Pernambuco.

Palavras-Chave: Patrimônio arqueológico, educação patrimonial, história de Pernambuco

***Abstract:** This article presents results of archaeological research that depict the history and culture of Pernambuco with collections coming from the excavations carried out in the areas of Abreu e Lima Refinery (2007-2009) and around the Paço Alfândega and former Cais do Lamarão in Recife Antigo (2002), related to a heritage education project, represented by itinerant exhibition in bus-museum adapted and accessible, in order to disseminate scientific knowledge and also expose the traces evidenced in archaeological sites offering opportunity to the community to exercise their citizenship through social inclusion and to promote the extensive knowledge of the archaeological heritage of the State of Pernambuco.*

Keywords: Archaeological heritage, heritage education, history of Pernambuco

* Professora Associada II da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de História e Arqueologia, com ênfase em História, Memória e Patrimônio. Bolsista CAPES-Estágio Sênior no Exterior.

** Professora Adjunto II da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica.

Introdução

Quando nos referimos à palavra patrimônio pode vir à mente algumas ideias a respeito do que ele venha a significar tais como: bens de família, herança paterna, riqueza ou quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. No entanto aqui vamos tratar deste termo em outro sentido, ou melhor, dizendo em todos esses sentidos ao mesmo tempo dando nova perspectiva de compreensão da palavra patrimônio.

Patrimônio aqui será entendido na concepção de herança cultural, aquilo que nos remete ao passado, porém sem ser visto como algo distante de nossa contemporaneidade. Segundo Wagner Costa Ribeiro:

“...ele não pode ser avaliado apenas à luz do que representou. É preciso reconhecer novos usos e perspectivas de interação com a sociedade que o define a partir de elementos que compõem sua identidade cultural.” (2005, p. 111)

A noção de patrimônio histórico não deve ser entendida como algo estático, uma janela do passado pela qual podemos olhar, ou melhor, evocar através da cultura material ou imaterial que estão ali, segundo Maria Célia Paoli, apenas para atestar uma herança coletiva, mas que se distancia do presente, sendo visto como curiosidade ou ilustração. Ainda de acordo com a autora o patrimônio histórico deve ser entendido como fruto de uma coletividade e

“...deveria evocar as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser mantidos na memória e preservados porque são coletivamente significativos em sua diversidade;...” (In: TOMAZ, 2010, p.4).

O que se preservou, o que se escolheu para se preservar quase sempre foi o patrimônio das elites. Então, o que se deseja hoje é que decidamos coletivamen-

te o que queremos e o que devemos preservar como patrimônio.

A dinâmica da vida na atualidade muitas vezes perpassa pelo discurso de que o velho deve dar lugar ao novo na mais ampla perspectiva de que esses termos significam. O velho é o ultrapassado, é o retrógrado, é o que impede o processo de modernização, discurso invocado pelos chamados “progressistas” em função de seus interesses econômicos e/ou políticos para justificar a destruição do patrimônio histórico e ambiental, dos lugares de memória da coletividade, redundando na perda da identidade cultural e tendo como consequência a dominação de uma minoria, detentora do poder econômico, sobre a maioria.

Não que sejamos contrários a modernização, ela pode e deve ser implantada, porém, deve-se ter a responsabilidade de como isso deve ser realizado em se tratando de áreas onde existe a presença de sítios históricos e naturais, e acima de tudo dialogar com a comunidade.

Conforme argumenta Maria Cecília Londres Fonseca,

“[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa.” (FONSECA, 2007, p. 36)

A Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural define em seu artigo 7º que

“[...] toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Esta é a razão pela qual o patrimônio, em todas as suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações como testemunho da experiência e das aspirações humanas, com intuito de nutrir a criatividade em toda a sua diversidade e promover um verdadeiro diálogo entre as culturas” (UNESCO, s/d).

A atribuição de valor a um dado patrimônio pode variar em função do(s) significado(s) que o bem tem para um determinado grupo social, justificando assim a sua preservação. De acordo com Paulo César Tomaz:

“É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. Seus significados variam também de acordo com os diferentes grupos econômicos, sociais e culturais, embora em muitos aspectos o contexto possa ser o mesmo, pois, conforme assevera Roger Chartier, todo receptor é, na verdade, um produtor de sentido, e toda leitura é um ato de apropriação.” (TOMAZ, 2010, p. 6).

Na Constituição de 1934, artigo 10, observa-se pela primeira vez no Brasil a noção jurídica de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse artigo tinha como objetivo responsabilizar o poder público pela preservação dos monumentos de valor histórico ou artístico de importância nacional: Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

Para além de signatário da Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural e da Convenção sobre o patrimônio cultural imaterial, a proteção dos bens culturais em território brasileiro está garantida pela Lei Federal nº 25, de 30 de Novembro de 1937 a qual define as regras do

"tombamento" (inventariação) dos bens pertencentes ao "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", bem como a proteção a que esses bens ficam sujeitos no sentido da sua preservação e conservação.

A Constituição de 1988 estabelece no seu Artº 216 que,

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Não basta simplesmente serem concebidas leis que estabeleçam normatizações para proteção do patrimônio, são necessárias ações por parte do poder público bem como da sociedade como um todo, que propiciem ações educativas nas distintas faixas etárias que valorizem o patrimônio e que a noção de pertença seja incorporada em nossa cultura.

Dentro dessa concepção, os trabalhos arqueológicos contemplam ações de educação patrimonial, de modo a integrar o conhecimento adquirido nas pesquisas junto às comunidades situadas no entorno dos sítios arqueológicos, permitindo um diálogo entre a comunidade e o patrimônio.

Educação Patrimonial

O termo Educação Patrimonial foi introduzido no Brasil, em termos conceituais e práticos (HORTA et al., 1999), no início dos anos 80, tendo como referência o Heritage Education, trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra na década anterior. No Brasil, inicialmente restrita aos museus, esta proposta metodológica edu-

cacional vem, ao longo dos anos, ganhando espaço. Algumas experiências pontuais têm apresentado excelentes resultados, fortalecendo as identidades individual e social, relacionando-as aos contextos culturais nos quais se inserem. A ação educacional, que tem por base a questão patrimonial, é essencialmente política e apresenta-se como um forte instrumento de cidadania e de inclusão social. Em termos conceituais, podemos dizer que a Educação Patrimonial é

“[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (...) é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA et al., 1999).

A Educação Patrimonial se configura como uma práxis educativa e social, que permite elaborar ações pedagógicas privilegiando enfoques interdisciplinares. Os bens culturais permitem a integração de diferentes saberes que vão muito além do estudo do passado.

“Alguns tópicos são idéias para a abordagem de temas do currículo básico, que atravessam várias disciplinas: a educação ambiental, a cidadania (pessoal, comunitária, nacional, incluindo os aspectos políticos e legais), as questões econômicas e do desenvolvimento tecnológico/industrial/social.” (HORTA et al., 1999).

A Educação Patrimonial equipara-se em muitos sentidos à Educação Ambiental. Ambas enfatizam a formação do cidadão, favorecendo as economias locais por meio do desenvolvimento turístico e da sustentabilidade, fortalecendo, ainda, o sentimento de pertencimento e os laços afetivos entre os membros da comunidade.

Segundo Ana Carmen Amorim Jara Casco o papel do Estado é

“[...] a elaboração de diretrizes para definição de uma política de patrimônio voltada para a educação, assim como uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória, cuja responsabilidade é efetivamente do Estado através de seus distintos ministérios e instituições, deve considerar os diferentes universos como o da educação formal, o dos espaços culturais como os museus, assim como o vasto território das iniciativas empreendidas pela sociedade, com as liberdades e restrições que cada espaço impõe e aceita. Além do mais, é importante que fique claro que tais diretrizes devem orientar a ação institucional, e não regular o campo social que precisa ter independência e criatividade próprias para inventar e sugerir trabalhos de educação patrimonial”. (CASCO, 2006)

Outra questão que perpassa na formação de uma política de preservação do patrimônio é a formação de cidadãos livres, conhecedores de seus direitos e deveres para que possam exercer sua soberania na elaboração de projetos educativos para a salvaguarda e disseminação dos valores culturais por eles estabelecidos, com a responsabilidade da recriação e transmissão para as gerações futuras. E cremos que este é o maior desafio de toda a educação, de ser formadora de cidadania, de cultivar (cultura), de libertar “as mulheres” e os “homens” para a construção de sua própria vida e da dimensão coletiva a ela inerente.

A experiência em Educação patrimonial: projeto expondo cultura

O relato abaixo trata de uma experiência em Educação Patrimonial realizada no âmbito do município de Ipojuca, Estado do Pernambuco, e que depois uma de suas ações foi levada a outros vinte e cinco municípios pernambucanos e ainda a municípios dos estados de Sergipe e Ceará, superando as expectativas iniciais e

reforçando a ideia de que não existem fronteiras a difusão da cultura e do patrimônio. Este projeto fez parte do Programa de Levantamento Prospectivo e Salvamento Arqueológico da Refinaria Abreu e Lima, refinaria que é empreendimento da Petrobras, em cumprimento as legislações federais referentes à salvaguarda e proteção do patrimônio cultural e arqueológico brasileiros.

Repensando conceitos e fazendo o elo entre o patrimônio arqueológico e a educação patrimonial, inserimos nos trabalhos arqueológicos essa perspectiva de forma que se pudessem apresentar os resultados das pesquisas arqueológicas de forma fácil e lúdica para a população das áreas circunvizinhas da pesquisa.

Os locais percorridos durante as prospecções arqueológicas da área da Refinaria Abreu e Lima, PE revelaram a riqueza de povos, através das mais diferentes formas de expressão, das construções, dos restos arqueológicos e dos seus modos de vida. Na área pesquisada evidenciou-se 31 pontos que se caracterizaram como sítios arqueológicos, o que a torna bastante importante para o entendimento do modelo de ocupação local. Entretanto, o salvamento dos sítios arqueológicos não teria repercussão se o extenso material coletado ficasse guardado em laboratório e não fossem expostos e compartilhados com as comunidades circunvizinhas da Refinaria Abreu e Lima, na perspectiva de se construir um novo saber entre as comunidades, sobre o acervo patrimonial que compõe a área e incitar com isso a apropriação destes bens, ou seja, o reconhecimento, a valorização e preservação do patrimônio cultural local, em sua diversidade.

Diversas são as possibilidades no desenvolvimento de práticas educativas referentes ao patrimônio, não existe uma única metodologia a ser aplicada nas atividades e materiais empregados. Tudo isso vai estar de acordo com algumas situações que o pesquisador irá se

deparar no seu projeto, ou seja, tempo, recursos financeiros, recursos humanos e principalmente o seu público alvo. As estratégias para alcançar os objetivos propostos nos trabalhos de educação patrimonial irão se adequar de acordo com essas variáveis principais, mas caberá ao pesquisador hierarquizar os seus objetivos. Em nossa visão, o foco principal é o público, os outros fatores se adequarão as condições para melhor atendê-lo.

Na seleção da metodologia e materiais a serem adotados deve-se levar em consideração alguns fatores como: faixa etária, escolaridade, acessibilidade a tecnologias e informações, a situação sócio-econômica da localidade onde serão realizadas as atividades e, os possíveis canais de contato entre a comunidade e a equipe de trabalho (secretarias municipais, escolas, associações públicas e privadas, líderes comunitários, entre outros).

O objetivo da educação patrimonial, no nosso programa, foi inicialmente contemplar o público escolar do município de Ipojuca, principalmente os alunos das escolas públicas municipais e estaduais. A primeira ação foi o levantamento do número de escolas, o quantitativo de alunos em cada escola, a que séries atendiam cada uma, as condições e infra-estruturas, assim como a disponibilidade no calendário escolar para a prática das ações educativas.

A segunda ação correspondeu ao levantamento dos patrimônios culturais materiais e imateriais do município, que dariam subsídios a preparação de produtos didáticos como textos, imagens e jogos.

A metodologia utilizada para a transmissão do conhecimento advindo do levantamento patrimonial através das palestras e oficinas realizadas variou de acordo com as séries escolares que foram trabalhadas em cada escola, previamente selecionadas pelo corpo

docente e diretores e, segundo a disponibilidade de horários.

Ao final dessas ações, foi concebida uma cartilha educativa, que por solicitação da Petrobras, contemplou os dois municípios diretamente afetados pelo empreendimento, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. A cartilha voltada para o público escolar, especialmente alunos do ensino fundamental, consta de informações históricas e arqueológicas, juntamente com glossário de termos dessas áreas do conhecimento, um pouco sobre o que é uma refinaria (material cedido pelo empreendedor), e diversas atividades lúdicas/educacionais a serem realizadas pelo pequeno leitor.

Este projeto permitiu que se reunissem e fossem conhecidos documentos históricos e arqueológicos da área de Suape e de seu entorno, a fim de resgatar, expor e divulgar o universo histórico-cultural tanto do passado encontrado na região como aquele existente em nossos dias, inserindo-o no processo do entendimento historiográfico do Brasil, cujo povoamento não começou em 1500, mas há tempos muito anteriores a este período.

Dessa forma, percebeu-se a necessidade de divulgar para as comunidades locais um conhecimento histórico-cultural da própria localidade e também a importância desse conhecimento na sua vida e na sua formação social. Notou-se que a população dos municípios ainda desconheciam a história da região bem como a existência do patrimônio arqueológico e seu valor patrimonial local e regional.

Nesta perspectiva surgiu o projeto “Expondo Cultura: patrimônio arqueológico de Pernambuco”¹, que apresenta essa vertente, inserindo-se na linha de Patrimônio Histórico e Cultural. Além da temática específi-

ca relativa ao patrimônio e à cultura, o Projeto, em sua concepção, foi também direcionado a outros temas transversais como: Cidadania – na medida em que as pessoas têm acesso ao conhecimento elas adquirem a ideia de pertencimento, de responsabilidade sobre sua história; Democratização Social – a exposição tem ido até os lugares onde estão as pessoas, permitindo a democratização do acesso de produtos culturais à população que, normalmente, não tem oportunidades nem condições econômicas de deslocamento para museus, exposições, teatro entre outros e; Acessibilidade – a exposição atende pessoas com deficiência visual, auditiva e física, oferecendo oportunidade a esse público de exercer a sua cidadania através da inclusão social e, visando promover o amplo conhecimento do patrimônio arqueológico do Estado de Pernambuco, através de mostra itinerante em ônibus adaptado e acessível.

Como o projeto visa retratar a história e a cultura de Pernambuco através dos materiais arqueológicos, é apresentado nas vitrines um acervo oriundo das escavações realizadas na área da Refinaria Abreu e Lima e a área no entorno do Paço Alfândega e antigo Cais do Lamarão no Recife Antigo, traçando-se um paralelo entre os locais escavados que envolvem vestígios de duas grandes classificações: Pré-coloniais (cerâmica indígena, material lítico etc.) e Históricos (louça, ferro, cerâmica, faiança, moedas etc.). A exposição é realizada em um ônibus-museu (figura 1), composto de 08 painéis, maquete da Refinaria Abreu e Lima e 09 expositores onde as peças arqueológicas são agrupadas em função da temática abordada, TV LCD e DVD para exibição de vídeo-documentário sobre o trabalho de Salvamento Arqueológico na área da Refinaria Abreu e Lima (figura 2).

¹ O Projeto “Expondo Cultura: o patrimônio arqueológico de Pernambuco” foi financiado pela Petrobras – Refinaria Abreu e Lima e realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, em parceria com a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE.

Na área externa do ônibus também há atividades didáticas, como teatro, e recursos interativos, onde é apresentado dois dioramas, sendo um reconstituindo o cenário de um aldeamento indígena típico do período pré-colonial e outro retratando o ambiente de um engenho de cana de açúcar dos séculos XVIII ao XIX (figura 3). Além dos dioramas, são disponibilizados 03 (três) computadores *touch screen* para que os visitantes assistam ao vídeo documentário e possam interagir com um sistema interativo *Quiz* cultural – jogo de perguntas e respostas sobre a história e cultura de Pernambuco, através do qual podem testar seus conhecimentos nos níveis fácil, médio e difícil (figura 4). Nessa área também é montada uma estrutura de suporte à encenação de peça teatral intitulada “Descobrimos Patrimônios”, que retrata um momento de descoberta de um vestígio arqueológico por um escavador na área da Refinaria Abreu e Lima, abordando temas como patrimônio, identidade cultural, memória e meio ambiente.

Além do material gráfico construído durante a elaboração do projeto como: cartilha, catálogo sobre a exposição, folder, e pôster, o projeto desenvolveu um site: www.expondocultura.org.br com o objetivo de divulgar o projeto e também expor os vestígios e sítios arqueológicos evidenciados nos municípios contemplados pelo projeto, mostrando os diversos bens culturais e naturais que os locais apresentam.



Figura 1—Visão externa do ônibus-museu Expondo Cultura



Figura 2—Visão interior do ônibus-museu Expondo Cultura



Figura 3—Diorama de engenho de açúcar

Considerações finais

Como resultado parcial deste projeto, que se iniciou para atender uma demanda específica das escolas públicas de Ipojuca, e que cresceu de forma extraordinária contemplando um público de mais de 60 mil pessoas em três anos de atividades sem ter desviado sua atenção do público alvo que eram os estudantes da rede pública, o projeto também atendeu a diferentes públicos quando da sua participação em eventos culturais ao longo desse percurso, bem como atendendo a convites de escolas da rede privada que solicitavam a visita do ônibus-museu.

Acreditamos ter atingido, neste curto espaço de tempo nas comunidades que tivemos a oportunidade de trabalhar, o objetivo inicial de nosso projeto que foi o de divulgar e ampliar o conhecimento histórico através dos vestígios arqueológicos e, despertar na comunidade a consciência de que seu patrimônio é um instrumento que possibilita o resgate de uma memória local diversificada e a constituição de laços identitários. Vale ressaltar que o desconhecimento de seu patrimônio leva a comunidade ao “esquecimento” das memórias locais

construídas historicamente e a descaracterização da identidade cultural dos grupos que circundam o acervo patrimonial.

Portanto, a busca por criar mecanismos e ambientes favoráveis à transformação dessa realidade é hoje fundamental tanto para que os indivíduos façam uma leitura crítica do mundo que o rodeia, quanto para que se busque: conhecer as transformações ocorridas na sociedade ao longo do tempo naquele espaço; para que seja proporcionado o diálogo entre as gerações; que se permita a continuação da dinâmica cultural com suas ressignificações, sem esquecer-se de seus elementos formadores.



Figura 4—Estudantes em atividade no Quiz cultural

Referências bibliográficas

- CASCO, Ana Carmen Amorim Jará. Sociedade e educação patrimonial. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, Dossiê: Educação patrimonial.Nº 3 - Jan. / Fev. de 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- _____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural, In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; Grunberg, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio da Humanidade, Cultura e Lugar. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 111-124, 2005.
- SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- TEIXEIRA, Simonne; VIEIRA, Silviane de Souza; MORAES, Allana Pessanha de. A Gente Também: Educação Patrimonial e Cidadania. Em Extensão, Uberlândia, V. 5, 2005-2006.
- TOMAZ, Paulo César. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010 Vol. 7 Ano VII nº 2, p. 1-12.

Submissão: 13/04/2015

Aceite: 13/09/2015